O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 42 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.8008162

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

DA FORMAÇÃO DO OBJETO ÀS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS: DISCURSOS SOBRE A POBREZA MENSTRUAL EM MATERIALIDADES JORNALÍSTICAS DIGITAIS

Vitória Costa de Jesus[1]

Francisco Vieira da Silva[2]

Resumo

O tema do estudo relaciona-se à pobreza menstrual em materialidades jornalísticas digitais. O consiste em analisar como a pobreza menstrual se constitui como objeto de discurso e faz funcionar estratégias biopolíticas em materialidades midiáticas digitais. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa. Os resultados permitem ponderar que a pobreza menstrual emerge como um objeto de discurso a partir de saberes do campo científico que buscam descontruir certos tabus acerca da menstruação e denunciar as condições de vulnerabilidade econômica das pessoas que menstruam. Pode-se concluir que os discursos fazem funcionar estratégias biopolíticas de controle e cuidado de si.

Palavras-chave: Discurso; Biopoder; Biopolítica; Pobreza Menstrual.

Abstract

The theme of the study is related to menstrual poverty in digital journalistic materials. It consists of analyzing how menstrual poverty is constituted as an object of discourse and how it functions as biopolitical strategies in digital media materialities. As for the methodology, it is a descriptive-interpretative study with a qualitative approach. The results allow us to consider that menstrual poverty emerges as an object of discourse based on knowledge from the scientific field that seeks to deconstruct certain taboos about menstruation and denounce the economic vulnerability conditions of menstruating individuals. It can be concluded that the discourses function as biopolitical strategies of self-control and care.

Keywords: Biopolitics; Biopower; Discourse; Menstrual Poverty.

INTRODUÇÃO

Pessoas que menstruam sofrem as consequências do estigma associado à menstruação, que por sua vez é uma consequência da marginalização de tudo relacionado ao feminino e ao corpo da mulher, imbricado na estrutura social machista. Através de discursos machistas, que impõe vergonha e silêncio sobre questões supostamente femininas, somos condicionados a enxergar a menstruação como algo vergonhoso, tornando o assunto pouco discutido em sociedade. Esses preconceitos que cercam a menstruação impedem que tais sujeitos exerçam seus direitos básicos e reforçam uma desigualdade de gênero. Esse impedimento é o que chamamos de "pobreza menstrual".

A pobreza menstrual se refere à condição em que pessoas que menstruam não têm acesso adequado a produtos de higiene menstrual, água limpa, saneamento básico e educação sobre menstruação. Esse problema pode causar uma série de consequências negativas, como infecções, estigma, e interrupção da educação e do trabalho. Apesar dos tabus impostos ao longo dos anos,

[1] Graduanda em Letras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: vitória.jesus@alunos.ufersa.edu.br

[2] Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutor em Linguística. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br

discussões acerca da pobreza menstrual têm ganhado força ultimamente. Isso porque ativistas feministas, em todo o mundo, têm liderado campanhas abordando os impactos que preconceitos em torno da menstruação podem causar na vida de quem menstrua.

Diante disso, consideramos esta pesquisa inovadora porque, infelizmente, esse é um assunto que ainda é pouco abordado na sociedade em geral e na academia, e porque pesquisas como esta trazem à tona uma questão crucial que afeta a vida de muitas pessoas, levantando a importância de discutir o acesso a produtos de higiene menstrual, o impacto na saúde física e emocional, a necessidade de políticas públicas voltadas para essa questão e o combate ao estigma relacionado à menstruação (BRITO, 2022; WONS, 2018).

Com base no exposto, o objetivo do presente trabalho é analisar como a pobreza menstrual se constitui como objeto de discurso e faz funcionar estratégias biopolíticas em materialidades midiáticas digitais. A nossa tese é de que, ao se tornar objeto de discurso, a pobreza menstrual também faz funcionar estratégias biopolíticas, que envolvem a gestão e controle dos corpos e das vidas das pessoas. Isso inclui a regulação da menstruação como um fenômeno biológico, social e cultural, e a tomada de medidas para garantir o acesso a produtos menstruais e serviços de saúde adequados (XAVIER *et al*., 2023).

De acordo com Foucault (1988), as estratégias biopolíticas se concentram na gestão da vida humana como um todo, em vez de se concentrar em indivíduos específicos. O autor argumenta que o biopoder busca controlar a vida em todas as suas manifestações, incluindo o corpo, o comportamento, as emoções e os processos biológicos. Esse poder não se limita a punir ou reprimir, mas visa regular e normalizar a vida.

À luz da Análise do discurso (AD) consideramos que os discursos não são apenas expressões linguísticas, mas, sim, práticas sociais que têm efeitos concretos sobre a realidade. Ainda, segundo Foucault (2008), os objetos de discurso não são pré-existentes, mas sim produzidos pelas práticas discursivas. Em outras palavras, os objetos de discurso não são descobertos ou revelados, mas, sim, criados e moldados pelas relações de poder e pelas formas de conhecimento que são dominantes em determinado momento histórico. Amparados nesses e em outros conceitos fundamentais da Análise do Discurso, nos debruçamos a analisar materialidades midiáticas digitais, utilizando uma perspectiva descritivo-interpretativa de natureza qualitativa, sendo o *corpus* formado por reportagens e notícias que falam sobre a pobreza menstrual, apresentando números e dados que constroem o objeto e sinalizam a existência da problemática e como intervir nessa situação.

Em relação à organização do estudo, convém mencionar que se estrutura em mais quatro seções, além dessas considerações introdutórias. Na seção a seguir, faremos uma breve caracterização

metodológica, em seguida, aparecem algumas considerações importantes para a análise do *corpus*; posteriormente, analisamos as reportagens coletadas e, finalmente, desenvolvemos algumas considerações finais.

DA BIOPOLÍTICA À POBREZA MENSTRUAL

Nesta seção, vamos tratar dos conceitos fundamentais que sustentam nossa pesquisa. Inicialmente, abordaremos os princípios fundamentais dos estudos discursivos foucaultianos, conforme a perspectiva de Foucault, que envolve as noções de discurso, saber, poder, biopoder e biopolítica. Posteriormente, ajustaremos a nossa lupa para falar da pobreza menstrual como um objeto de discurso.

SOBRE DISCURSO, PODER, SABER, BIOPODER E BIOPOLÍTICA

A Análise do Discurso é um campo de estudo que busca compreender como a linguagem é utilizada em diferentes contextos sociais, políticos e culturais para construir e transmitir significados. Em outras palavras, a Análise do Discurso investiga os enunciados que constituem os discursos e que são usados para produzir sentidos, interpretar o mundo e influenciar o comportamento dos sujeitos. Essa abordagem não se concentra apenas no nível da frase ou do texto, mas também considera o contexto social e histórico em que a linguagem é produzida e recebida. Trata-se de uma vertente de estudos mobilizada em diversos campos, como a política, a mídia, a publicidade, a literatura, entre outros, para analisar e interpretar discursos e discutir questões relacionadas ao poder, ao saber e à subjetividade.

Cabe ressaltar que aqui o discurso não é considerado apenas uma sequência de palavras, mas sim um conjunto de práticas sociais que estão em constante relação com o poder. O discurso não é apenas uma forma de representação da realidade, mas sim uma forma de produzir e moldar a realidade, de acordo com as relações de poder e com as formas de conhecimento que são dominantes em determinado momento histórico:

> [...] Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 54-55).

Além disso, Foucault (2007) destaca que o discurso não é algo neutro ou objetivo, mas sim uma forma de exercício do poder. Ele afirma que "[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos

apoderar" (FOUCAULT, 2007, p. 10). Dessa forma, o discurso é uma forma de exercício do poder que pode ser utilizado para criar e manter relações na sociedade.

Já o enunciado é uma unidade mínima do discurso que se define por sua materialidade semiológica e pelas condições históricas e sociais de sua produção e circulação. Ele é, portanto, uma construção complexa que emerge a partir de um conjunto de condições de existência, regras de formação e propriedades que não podem ser reduzidos à simples projeção da realidade. Nas palavras do autor francês,

> O enunciado não é a projeção direta, sobre o plano da linguagem, de uma situação determinada ou de um conjunto de representações. Não é simplesmente a utilização, por um sujeito falante, de um certo número de elementos e de regras linguísticas (FOUCAULT, 2008, p. 111)

O enunciado é produzido em uma situação específica, por um sujeito-que o enuncia, e é instável e móvel, podendo mudar de sentido e valor dependendo do contexto em que é utilizado. Ainda, segundo a teoria arqueológica proposta por Foucault (2008), o enunciado é composto por diversos elementos que o definem e permitem a sua descrição e análise. Esses elementos incluem o referencial, que está relacionada às condições que permitem a emergência do enunciado em um determinado tempo e lugar; a posição de sujeito, que se refere à posição assumida no enunciado e que não deve ser confundida com o sujeito empírico ou a autoria; o domínio associado, que se refere à relação do enunciado com outros enunciados no campo enunciativo; e a materialidade repetível, que envolve as condições necessárias para a existência efetiva do enunciado.

Cada uma dessas propriedades ressalta a complexidade do enunciado e a importância de compreender suas condições de produção e relação com outros discursos em um contexto histórico e social específico. O referencial e a materialidade repetível, por exemplo, destacam a influência das condições históricas, sociais e materiais na emergência e sobrevivência do enunciado, enquanto a posição de sujeito e o domínio associado evidenciam a relação do enunciado com outros enunciados no campo discursivo e a sua inserção em um sistema de relações de poder.

Foucault defende que o poder, o saber, o biopoder e a biopolítica estão interconectados e são formas de controle e gestão das relações sociais e da vida dos indivíduos. Eles são utilizados para manter o controle sobre a sociedade e produzir um determinado tipo de sujeito, que se adapta às normas e regras estabelecidas pelo poder.

Quando falamos em poder, consideramos que ele está presente em todas as relações sociais e não é algo que uma pessoa ou instituição possui, mas sim uma relação de forças que se estabelece entre indivíduos e grupos. O poder e o saber estão intrinsecamente ligados. O poder e o saber se estabelecem

mutuamente. Foucault (1998, p. 142) afirma que “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos do poder”.

Determinado saber científico sobre a menstruação tem ajudado a desmascarar muitos mitos e tabus associados a esse processo natural do corpo feminino. Por exemplo, a crença de que a menstruação é suja, impura ou um sinal de fraqueza foi refutada por evidências científicas que explicam a biologia por trás desse processo fisiológico. Além disso, a ideia de que as mulheres são emocionalmente instáveis ou incapazes de desempenhar atividades físicas durante a menstruação foi igualmente questionada por estudos que mostram que a maioria das mulheres pode continuar suas rotinas diárias normalmente durante esse período. Foucault argumenta que o saber produzido pela medicina e pela psicologia foi utilizado ao longo dos anos como uma forma de controle social, e que esse modo de poder é exercido de forma sutil e difusa. Na argumentação de Pez (2016, p. 129), “[...] as práticas de saber [...] são sempre práticas políticas, cujo significado e efetividade são determinadas pela regularidade imposta pela capacidade diferencial de afetar e de ser afetada pelas forças que põe em jogo”.

Assim sendo, o saber não é neutro e não pode ser separado do poder. O saber produzido em uma sociedade é influenciado pelas relações de poder existentes nessa sociedade. O poder e o saber são exercidos através de uma série de práticas sociais e instituições, como a escola, a prisão, o hospital e a família. Essas instituições produzem e reproduzem conhecimentos e práticas que são usados para controlar e disciplinar as pessoas. Por exemplo, a escola é uma instituição que produz e reproduz conhecimentos e práticas que são usados para controlar e disciplinar os alunos, preparando-os para se tornarem cidadãos obedientes e produtivos. Em Foucault (1999a, p. 15), vemos que “[...] não há relação de poder sem uma constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Os últimos conceitos a serem discutidos são o de biopoder e biopolítica. Esses conceitos, assim como os outros que foram expostos, são essenciais para a nossa análise e fundamentais para a gestão da vida humana. O conceito de biopoder, cunhado por Foucault, refere-se a um tipo de poder que não visa mais apenas controlar corpos individuais, mas sim a população como um todo, gerenciando e regulando a vida em sua totalidade. Essa forma de poder está relacionada a um conjunto de técnicas e discursos que buscam a "salvação" da vida e da saúde, mas que acabam por instituir mecanismos de controle e disciplinamento dos corpos. Foucault (1999b) destaca:

> A velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas - escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão,

> portanto,de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um 'bio-poder (FOUCAULLT, 1999b, p. 131).

Nesse sentido, o biopoder pode ser visto como uma das principais características do poder na sociedade moderna. Já a biopolítica constitui um conjunto de estratégias, técnicas e práticas empregadas pelo Estado ou outras instituições para exercer o biopoder. No último capítulo do livro "História da Sexualidade - Volume 1", Foucault (1999b) discute como a sexualidade foi objeto de uma estratégia biopolítica na modernidade. O autor argumenta que, desde o século XVIII, a sexualidade foi gradualmente transformada em uma questão de governabilidade, e que ela passou a ser regulada pelas práticas de poder. Essa estratégia biopolítica teve como objetivo não apenas controlar os indivíduos em sua sexualidade, mas também regular a população em termos de natalidade e saúde. A sexualidade teria se tornado um elemento-chave na formação de identidades e subjetividades, e que, por isso, era preciso regulá-la para que os indivíduos se tornassem cidadãos produtivos e saudáveis (FOUCAULT, 1999b).

Na leitura de Sousa (2012), a emergência da biopolítica só é possível em razão de uma certa modificação das artes de governar que caracterizam a tomada da vida pelo biopoder. Assim, irrompe uma forma de gestão da vida que busca maximizá-la, de forma a garantir o bem-estar e a proteção da população. Nas palavras da autora: "[...] o biopoder é uma forma de normalizar a própria conduta da espécie, de regrar, manipular e observar macrofenômenos como as taxas de natalidade, de mortalidade, as condições sanitárias das cidades, o fluxo das infecções e contaminações" (SOUSA, 2012, p. 47). Semelhante constatação pode ser encontrada em Pelbart (2019), quando pondera que as biopolíticas buscam gerir a população, de modo geral, mas também intervir em cada corpo, a ser continuamente docilizado, por meio de saberes vindos da medicina, da pedagogia, da psiquiatria, dentre outros campos.

A POBREZA MENSTRUAL COMO OBJETO DE DISCURSO

Após uma busca realizada no Google Acadêmico, em maio de 2023, localizamos poucos trabalhos que relacionam a pobreza menstrual com o discurso. No entanto, encontramos dois artigos que apresenta uma relação com a minha pesquisa. Entre eles está o artigo "A sangria inútil: uma análise do discurso médico sobre a menstruação, na obra do Dr. Elsimar Coutinho", de Ferraz e Grangeiro (2023). Nele, as autoras apresentam uma análise crítica do discurso médico sobre a menstruação, presente na obra do Dr. Elsimar Coutinho. Elas apontam que o discurso médico tradicional sobre a menstruação tem sido marcado por concepções negativas e estereotipadas sobre as mulheres e seus corpos, tendo como objetivo principal controlar e medicalizar a menstruação.

> O ideal burguês do corpo feminino era o corpo dessexualizado, a prática sexual das mulheres deveria ter como finalidade apenas a procriação da espécie. Mas o corpo feminino era também considerado matriz de vícios e distúrbios: a loucura, insônia, ninfomania, hipocondria, histeria – sendo esta última considerada grande ameaça à ordem social, pois que "as histéricas eram percebidas como mulheres que não se adaptavam ao papel que lhes era reservado na família e na sociedade" (NUNES, 2010, p. 379). Portanto, fazia-se necessário manter os "desvios de comportamento" femininos sob vigília, e muitos médicos higienistas se mantiveram fervorosamente ocupados nessa tarefa (FERRAZ; GRANGEIRO, 2023, p. 8).

Logo, uma visão restrita e preconceituosa em relação ao corpo e à sexualidade feminina, foi perpetuada por muitos anos na sociedade. Hoje em dia, há uma tentativa de desconstrução dessa visão por movimentos sociais, principalmente pela luta feminista. Mas, infelizmente, poucas foram as mudanças significativas na forma como a sociedade vê e trata o corpo feminino.

O segundo artigo que selecionamos para destacar intitula-se "Os dispositivos de controle do corpo feminino: uma análise a partir dos enunciados sobre os projetos de distribuição de absorventes no brasil" (SOUSA, 2022). Nele, a autora destaca a importância da participação feminina na criação de novas verdades e na luta contra a exclusão e a opressão que as mulheres enfrentam na sociedade:

> Ter, na política, na mídia, no Estado e nos discursos, a presença de uma discussão sobre essa realidade, já pode ser considerado um ato de resistência e ao mesmo tempo a atuação de novas técnicas de poder. Grupos feministas, que lutam pelo direito de tornar natural aquilo que é natural, inserem-se agora no campo da criação de verdade. Não há então melhor forma de demonstrar que o poder circula e que não pertence unicamente a um grupo ou a outro (SOUSA, 2022, p. 451).

Ou seja, ao trazer para o debate público a situação das mulheres, esses grupos estão desafiando o status e o poder dominante que por muito tempo excluiu ou ignorou essa realidade. Além disso, essa discussão também é uma forma de demonstrar que o poder circula, ou seja, não pertence a um grupo ou a outro, mas pode ser conquistado e compartilhado por todos.

Apesar de pesquisas sobre a pobreza menstrual serem relativamente recentes, os artigos que abordam esse tema contribuem para a produção de conhecimento científico e para a conscientização da sociedade sobre a importância de se discutir essa questão. Em outras palavras, as abordagens sobre a pobreza menstrual são inovadoras porque abrem espaço para novas discussões e ações que podem ajudar a melhorar a vida de milhões de pessoas que menstruam em todo o mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), "[...] pelo menos quinhentas milhões de meninas e mulheres não conseguem ter períodos seguros e higiênicos por falta de apoio e recursos" (ONU, 2022, p. 2), fazendo-se necessário um olhar mais profundo sobre a questão.

A menstruação é vista de diferentes formas, dependendo da cultura de cada país, mas, independentemente disso, meninas mais novas precisam de acesso à informação para acabar com o

estigma da menstruação. Muitas meninas, especialmente em países em desenvolvimento, não recebem informações adequadas sobre menstruação e, portanto, podem sentir vergonha e constrangimento em relação a esse assunto natural. A ativista Nana Queiroz, autora do livro "Presos que menstruam" e fundadora do coletivo feminista AzMina, defende que o acesso à informação sobre saúde menstrual é essencial para que meninas e mulheres possam lidar com a menstruação de forma saudável e sem constrangimento, e que a conscientização sobre o tema deve ser promovida por toda a sociedade, incluindo pessoas que não menstruam (QUEIROZ, 2015).

Hoje, podemos contemplar um programa do governo federal que visa a distribuição gratuita de absorventes pelo SUS. “A distribuição é garantida pela Lei Federal 14.214 de 2021, mas o governo anterior foi contra a política. O texto, aprovado pelo Senado em setembro de 2021, foi sancionado pelo então presidente da República Jair Bolsonaro que, no entanto, vetou a distribuição gratuita dos absorventes” (AGÊNCIA BRASIL, 2023, p. 2). Apesar disso, o decreto de criação do Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual foi assinado em 2023, pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva. Importa considerar que um dos fatores que afeta a dignidade menstrual consiste na tributação do absorvente como se este fosse um item supérfluo. Na visão de Motta e Brito (2021, p. 49), “[...] tal postura demonstra, por si só, que as instituições públicas brasileiras estão enraizadas em padrões de desigualdade de gênero”.

No que se refere à pobreza menstrual, consideramos que ela se constitui como objeto de discurso em diferentes contextos, como discursos políticos, acadêmicos e ativistas, que discutem a falta de acesso a produtos de higiene menstrual e suas consequências para a saúde e o bem-estar das pessoas que menstruam. Esses discursos enfatizam a necessidade de políticas públicas e soluções práticas para lidar com a pobreza menstrual.

A relação entre a pobreza menstrual e as estratégias biopolíticas pode ser observada em diferentes níveis de análise. Por um lado, a falta de acesso a produtos de higiene menstrual é uma consequência das desigualdades socioeconômicas, que são resultado de políticas governamentais e práticas sociais que limitam o acesso de certas camadas da população a recursos e serviços básicos, como água potável, saneamento básico e cuidados de saúde (GOTARDO, 2020). Por outro lado, a pobreza menstrual também é um reflexo das práticas culturais que estigmatizam a menstruação, reforçando a ideia de que é uma questão vergonhosa e impura que deve ser mantida em segredo. Essas práticas culturais contribuem para a falta de acesso a informações e recursos de higiene menstrual, reforçando a vulnerabilidade das mulheres em relação à sua saúde e bem-estar.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa “Impacto da Pobreza Menstrual no Brasil”, encomendada pela *Always* e realizada em 2020 pela Toluna, 33% das mulheres de baixa renda já ficaram sem dinheiro

para comprar absorventes, 80% já precisaram improvisar com papel higiênico pelo menos alguma vez, e 27% já utilizaram panos ou outros materiais (MEIO NORTE, 2021). E esse problema não se perpetua apenas no nosso país, no Reino Unido "três em cada dez britânicas com idades entre 14 e 21 anos tiveram dificuldade de acesso aos produtos de higiene pessoal" em 2020 (BRASIL 247, 2021). Esses dados elucidam que a pobreza menstrual é um problema global que afeta a educação, a saúde e o bem-estar de pessoas que menstruam em todo o mundo. Apesar desses dados, ainda há muitas pessoas que desconhecem a gravidade da falta de dignidade menstrual. Consideramos fundamental, portanto, abrir uma discussão crítica sobre a questão, pois trata de um problema de saúde pública, igualdade de gênero e de direitos humanos.

É importante observar que quando falamos em pobreza menstrual, não estamos nos referindo apenas à dificuldade em adquirir produtos de higiene, mas a falta de acesso à informação sobre o próprio corpo, saneamento básico, saúde e direitos humanos. Uma pesquisa feita pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2021, revelou que 73% das meninas e jovens mulheres se sentiam envergonhadas ou constrangidas durante a menstruação, e 62% já deixou de frequentar à escola ou outros lugares devido à menstruação (UNICEF, 2021). Logo, discutir sobre esse tema não só ajuda a conscientizar as pessoas sobre os desafios enfrentados por quem menstrua para acessar produtos de higiene menstrual adequados, mas também a entender que o problema vai muito além disso. Incentivar pesquisas inovadoras pode ajudar a criar soluções práticas e acessíveis para resolver esse problema, promovendo a igualdade e reconhecendo que todas as pessoas têm direito à educação, saúde e produtos de higiene básicos e acessíveis.

Um outro exemplo que aponta a extensão e discriminação desse problema no mundo é o caso da Índia onde a falta de acesso a produtos de higiene menstrual é um problema generalizado, especialmente em áreas rurais e entre famílias de baixa renda. O governo indiano lançou várias iniciativas para enfrentar a pobreza menstrual, incluindo a distribuição gratuita de absorventes e a instalação de máquinas de venda automática em escolas e locais públicos. No entanto, essas iniciativas são limitadas em escala e alcance, e muitas mulheres ainda dependem de soluções precárias, como tecidos rasgados ou jornais. Além disso, a Índia tem uma longa história de estigmatização da menstruação, com práticas culturais que proíbem mulheres menstruadas de entrar em templos, cozinhar e tocar outras pessoas:

> No país, foi construído historicamente um silêncio e um tabu arraigado sobre todas as questões que envolvem a saúde da mulher. Esse estigma social sentido por elas decorre do mito criado e firmado em torno da menstruação, que prega que, nesse período, as mulheres ficam imundas, doentes, impuras e até mesmo amaldiçoadas. Durante esses dias, as mulheres têm permissão vetada de sentarem à mesa, entrarem em templos, cozinharem e fazerem visitas às casas alheias. O fundamento seria de que, por exemplo, se a mulher cozinhasse, contaminaria a comida daqueles que fossem comer, afinal, eles acreditam que o período menstrual é um ciclo de

> limpeza de tudo o que há de pior e mais impuro dentro da mulher. As comunidades até mesmo aconselham as mulheres a não tomarem banho nesse período e acreditam que elas ficam anêmicas no mesmo (COGGO, 2020, p. 1).

Sendo assim, essas práticas culturais reforçam a exclusão e a marginalização das mulheres menstruadas, contribuindo para sua vulnerabilidade em relação à pobreza menstrual, por meio de uma forma de violência de gênero (BRAMBILLA, 2021).

No Brasil, o cenário é um pouco diferente, mas ainda carrega inúmeros estigmas e preconceitos sobre o assunto. Notamos que esse preconceito se apresenta quando temos que renomear a menstruação, utilizando eufemismos para nos referirmos a ela, como “estar de bode”, “estar naqueles dias” ou “estar de chico” (BENKE, 2020). A substituição da palavra menstruação por qualquer outro termo acaba por invisibilizar um fenômeno fisiológico e constante, além de contribuir para a manutenção de mitos e tabus altamente prejudiciais para pessoas que menstruam. Desde o primeiro ciclo menstrual, são impostas diversas normas culturais que limitam a liberdade e a autonomia dessas pessoas. Nas palavras de Fáveri e Venson (2007, p. 67), “[...] percebem-se estratégias de esconderijo, uma teia de significados e linguagem [...] de códigos apreendidos e reproduzidos, falados em voz baixa”.

Conforme enfatiza Orsi (2011, p. 336), “[...] O tabu linguístico é decorrente de sanções, restrições; atua na não permissão ou interdição de se pronunciar ou dizer certos itens lexicais”. Isso ocorre mesmo em propagandas de absorventes, os quais, além de não exprimirem o termo menstruação, tendem a usar a cor azul para representar o sangue, tornando, com isso, o fenômeno da menstruação algo obsceno e inapropriado, gerando, portanto, o silenciamento sobre essa questão e a ausência de informação adequada sobre essa temática (GOMIDES, 2020). De acordo com

Pode-se entender que a pobreza menstrual é um exemplo de como o biopoder e as estratégias biopolíticas são exercidos sobre a vida das mulheres. Em "A História da Sexualidade", Foucault (1999b) afirma que os dispositivos de poder agora consideram a sexualidade como uma questão central e preocupante, e que o biopoder é uma das formas de controle e regulação dessa sexualidade. Ou seja, a pobreza menstrual é uma manifestação desse controle e regulação, uma vez que ela limita o acesso das mulheres aos produtos de higiene menstrual e às informações sobre a menstruação. Como resultado, as mulheres são obrigadas a lidar com a menstruação de forma insalubre e inadequada, o que pode levar a problemas de saúde e a uma redução da qualidade de vida. Além disso, a pobreza menstrual também pode ser vista como uma falha da biopolítica, que tem como objetivo garantir as condições mínimas de vida para a população. Ao não oferecer acesso aos produtos de higiene menstrual e à educação sobre menstruação, o Estado deixa as mulheres em situação de vulnerabilidade, expondo-as a riscos de saúde e restringindo sua capacidade de participar plenamente da sociedade, não permitindo, pois, a

concretização de políticas públicas eficazes que visem, sobretudo, à equidade de gênero (PINHEIRO, 2019).

METODOLOGIA

O estudo segue um viés descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa, em razão dos seguintes aspectos: a) busca a descrição e interpretação dos dados, valendo-se de informações acumuladas sobre o tema investigado (PAIVA, 2019); b) não lança mão de variáveis controladas, dados estatísticos e quantitativos. Acerca do método, mobilizamos a arquegenealogia foucaultiana, uma vez que concebemos o objeto de estudo sob o prisma da confluência entre a problematização dos saberes que embasam os discursos (arqueologia) e a observação do funcionamento do poder (genealogia). Na esteira de Navarro (2020), seguimos os seguintes procedimentos metodológicos: a) isolamos a instância do acontecimento, a fim de conectá-lo não a uma tradição, a uma origem ou espírito de uma época, senão a outros enunciados; b) recortarmos uma série de enunciados, a fim de ponderarmos sobre como se produzem certos saberes sobre o objeto que nos interessa – a pobreza menstrual; c) identificamos quais posicionamentos discursivos estão presentes nos enunciados e como se articulam com as estratégias biopolíticas.

Através de uma busca, feita no *Google*, com o termo "pobreza menstrual", selecionamos quatro materialidades jornalísticas digitais que abordam o tema, conforme quadro a seguir. Para o recorte de tais materialidades, seguimos os seguintes critérios: a) que estivessem disponíveis em acesso livre para a leitura completa do texto; b) que fossem publicadas em diferentes veículos midiáticos, com vieses específicos e que pudessem mostrar como a pobreza menstrual perpassa por uma variedade de vertentes do universo jornalístico.

Após a primeira busca, fizemos uma nova seleção e chegamos ao *corpus* que compreende quatro reportagens, quais sejam: a) Depender de doações ou "ter sangue escorrendo pelas pernas" (2021), de autoria de Joana Oliveira, publicada na versão brasileira do jornal espanhol *El País*; b) Pobreza menstrual: quem sofre, quem veta e quem ajuda? (2021), publicada no jornal Humanista, assinada por Gabrielle de Luna e Lilian dos Santos Dias; c) Faltas ao trabalho por pobreza menstrual geram prejuízo de 2,4 bi ao país (2022), de autoria de Beatriz Mazzei e publicada na revista Marie Claire; d) Pobreza menstrual impacta a vida da mulher e gera prejuízo bilionário (2022), assinada por Marina Filippe e publicada na revista Exame.

Análise das materialidades jornalísticas digitais

Conforme mencionado anteriormente, nosso propósito é compreender como a pobreza menstrual se constitui como objeto de discurso e faz funcionar estratégias biopolíticas em materialidades midiáticas digitais. Para tanto, faremos uma análise de quatro reportagens sobre a pobreza menstrual, aplicando os conceitos previamente descritas no tópico anterior, tais como discurso, enunciado, saber, poder, biopoder e biopolítica, como critérios para esta análise.

As materialidades coletadas são recentes e surgem em um contexto onde a pobreza menstrual passa a ser discutida com mais frequência nas redes. Isso porque em 2021, o presidente Jair Bolsonaro vetou um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que previa a distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda da rede pública de ensino. O projeto visava garantir o acesso das pessoas que menstruam a produtos de higiene menstrual, buscando combater a pobreza menstrual e promover a igualdade de gênero. O veto do então presidente gerou críticas e protestos de organizações feministas e de direitos humanos, nas redes sociais e nas ruas, que argumentaram que a medida era fundamental para a promoção da saúde e da dignidade das mulheres. Muitas pessoas também apontaram que a falta de acesso a produtos de higiene menstrual pode afetar a frequência escolar das meninas e perpetuar a desigualdade de gênero, como no seguinte relato:

> os impactos da pobreza menstrual são, principalmente, sociais. “Sem infraestrutura e itens básicos de higiene, meninas deixam de ir às escolas e de participar de atividades de socialização, assim como mulheres deixam de ir trabalhar. Nota-se, portanto, o impacto direto na educação e na economia. Não à toa elas largam empregos e escola devido à falta de recursos para lidar com o período menstrual”, afirma Daniela Toffoli, professora de redação do Curso Anglo (SPAGNA, 2022).

A partir da polêmica que surgiu em torno do veto citado, muitos veículos de comunicação começaram a resgatar esse tema e a publicar matérias sobre o ocorrido, além de dados estatísticos e pesquisas que afirmavam a pobreza menstrual como um grande problema que precisa ser resolvido. É importante ressaltar que o programa foi implementado em 2023, no governo do então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

O recorte foi retirado do site do *El País*, de repercussão internacional que trata de uma ampla variedade de assuntos, incluindo política, economia, cultura, ciência, entre outros. A começar pelo título, podemos perceber o quanto ele foi propositalmente criado para chamar a atenção: "Depender de doações ou ter sangue escorrendo pelas pernas: a realidade da pobreza menstrual". Podemos observar que o título traz à tona uma dicotomia entre duas possibilidades extremas: depender de doações ou ter sangue

escorrendo pelas pernas. Essa dicotomia já sugere uma relação de poder, na qual há uma imposição de escolha entre duas opções que são apresentadas como as únicas disponíveis.

Além disso, o título também faz uso de um discurso de denúncia, ao apresentar a "realidade" da pobreza menstrual. A palavra "realidade" sugere que há uma verdade oculta sobre a pobreza menstrual que precisa ser exposta, e isso também pode ser compreendido como uma estratégia de poder, uma vez que a denúncia pode gerar mobilização e pressão social por mudanças. A utilização da expressão "ter sangue escorrendo pelas pernas" pode ser compreendida como uma estratégia que visa a chocar o leitor e despertar empatia, ao apresentar de forma explícita a situação de precariedade enfrentada por mulheres em situação de pobreza menstrual. Essa estratégia também pode ser compreendida como uma forma de produzir conhecimento sobre a pobreza menstrual, ao torná-la visível e nomeá-la de forma explícita, compreendendo que "A pobreza menstrual vai muito além da falta de dinheiro para comprar produtos de higiene menstrual adequados. Ela denuncia um problema global da falta de acesso à água, saneamento básico e desigualdade social" (KORUI, 2022).

No que se segue a reportagem, a matéria traz relatos de mulheres que sofrem ou sofreram com a pobreza menstrual. Esses relatos trazem credibilidade para a matéria por apresentarem experiências reais e concretas de mulheres que enfrentam e enfrentaram a questão diariamente. Além disso, esses trechos são importantes para a matéria, pois humanizam a questão e mostram as consequências reais da falta de acesso a produtos menstruais e informação sobre saúde menstrual. Conforme Navarro (2010, p. 86), "[...] na produção de matérias jornalísticas, as citações, as imagens fotográficas, depoimentos de testemunhas, quadros e tabelas de porcentagens são sinais que remetem o leitor ao real [...]".

No caso do primeiro relato, por exemplo, o jornal anexa junto a história uma foto da entrevistada, que traz ainda mais credibilidade para a matéria, já que ela é uma pessoa que vive em situação de rua e, por isso, seu acesso aos produtos menstruais e a informação adequada sobre cuidados com a saúde menstrual é ainda mais difícil.

Apesar de o foco da matéria ser voltado para a pobreza menstrual, outros discursos perpassam a fala da entrevistada, como o discurso de sororidade que pode ser entendido como:

> Genericamente, a sororidade pode ser explicada como uma solidariedade feminina – que não é recente, como nos mostra, por exemplo, o movimento sufragista – numa organização que se forma pela reciprocidade e amizade entre mulheres que nem sequer precisam ser amigas, mas que compartilham o mesmo ideal e trabalham para alcançar o mesmo objetivo (FERNANDES, 2021, p. 2).

Ou seja, mesmo que essas mulheres em condição de rua tenham suas divergências, acabam formando uma rede de apoio por não terem seus direitos básicos de saúde amparados pelo governo, objetivando melhores condições para seus períodos menstruais:

> Ela depende das doações de agentes sanitários, assistentes sociais ou organizações civis para poder usar absorventes durante seu período menstrual. ‘Quando não tem doação, o jeito é usar papel higiênico, ou papel que a gente acha na rua mesmo’, conta. Eventualmente, diz, é possível recorrer à solidariedade de outras mulheres que moram na praça. ‘Mesmo que a gente não goste uma da outra, nessas horas, a gente só entrega o absorvente, não precisa nem se falar, mas não deixa a outra sem’ (OLIVEIRA, 2021).

Além disso, realidade que a pobreza menstrual afeta muitas mulheres, principalmente as que estão em condição de rua, é reforçada pelo depoimento de outra mulher que não menstrua mais, mas conta que sofreu com o problema há anos:

> Desse jeito, as meninas vão ter que voltar a fazer como nos meus dias, que era ficar com o sangue escorrendo pelas pernas ou amarrar sacolas de plástico no quadril’, lamenta Eugênia Souza, de 56 anos, que já não menstrua, mas passou por essa situação nos muitos anos em que vive na rua —ela já não lembra quanto (OLIVEIRA, 2021)

Observa-se que a questão da pobreza menstrual está sendo abordada por alguém que já passou pela experiência, o que aumenta a credibilidade do discurso.

O discurso em torno da menstruação é muitas vezes negativo e estigmatizador, reforçando a ideia de que a menstruação é algo sujo e vergonhoso que deve ser escondido e tratado com nojo. Como já mencionado anteriormente, o conceito de domínio associado diz respeito ao fato de que os enunciados não existem isoladamente e estão sempre se relacionando com outros enunciados, que tanto podem seguir a mesma ordem discursiva como não. No caso da pobreza menstrual, vemos enunciados que convergem entre si, como a falta de acesso a produtos de higiene menstrual, que criam e mantêm a realidade da pobreza menstrual como algo material e concreto: Eugênia tinha dificuldades para acessar produtos de higiene menstrual, quando ainda menstruava, e aos 56 anos observa que tem meninas mais novas que ainda passam pelo mesmo.

A matéria ainda cita que devido ao veto de Bolsonaro, muitas pessoas que menstruam ficaram sem acesso a produtos menstruais. No trecho citado abaixo, o enunciado "pode deixar 5,6 milhões de mulheres sem acesso a esse item" reproduz o discurso sobre a importância do acesso aos produtos de higiene menstrual para a saúde e bem-estar das pessoas que menstruam. O referencial também pode ser identificado no trecho, pois se refere à relação entre o discurso e a realidade que ele pretende descrever ou explicar. O veto aos artigos do Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual pode levar à falta de acesso aos produtos de higiene menstrual para um grande número de mulheres em situação de vulnerabilidade social, estudantes, mulheres em situação de rua, presidiárias, e outras pessoas que menstruam, como homens trans e pessoas não-binárias.

> O veto de Bolsonaro a dois artigos do Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual, aprovado pelo Congresso no mês passado, pode deixar 5,6 milhões de mulheres sem acesso a esse item —são estudantes em situação de vulnerabilidade social, mulheres em situação de rua, além de presidiárias, e internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa. Sem contar outras pessoas que também menstruam, como homens trans e pessoas não-binárias (OLIVEIRA, 2021).

Isso significa que esse levantamento de dados inclui apenas meninas e mulheres. Ou seja, tendo em vista que a pobreza menstrual afeta, não só meninas e mulheres, mas homens-trans e pessoas não-binárias, esse número deve ser maior. Não há dados precisos sobre quantos homens trans e pessoas não-binárias sofrem com a pobreza menstrual. No entanto, é importante lembrar que a menstruação não é uma questão exclusiva das mulheres, e que outras pessoas que menstruam, também podem enfrentar desafios para acessar produtos de higiene menstrual. O Jornal *Agemt* destaca algumas falas do ginecologista e professor Vitor Henrique de Oliveira, onde o mesmo participa de uma entrevista sobre homens-trans e a pobreza menstrual:

> Salvo os problemas expostos, o ginecologista ainda aborda sobre como a disforia de gênero contribui para a pobreza menstrual: “Pacientes que têm disforia de gênero podem ter uma relação muito ruim com a menstruação, inclusive negar a existência da menstruação, às vezes, o sofrimento psíquico é tão grande que tudo que se relaciona com a menstruação é negado, incluindo a higiene básica”. Isso ocorre por conta da ligação que a menstruação tem com o gênero feminino, frases populares como “virou mocinha" fomentam esse vínculo” (CARNELOSSO; DOLORES, 2022).

Sendo assim, pessoas trans e pessoas não-binárias não estão isentas de sofrerem com a pobreza menstrual e podem enfrentar muitos outros problemas em sociedade.

Dando seguimento a nossa análise, a reportagem segue apresentando dados que ajudam a construir o objeto de discurso pobreza menstrual: “No Brasil, 1,5 milhão de mulheres e 413.000 meninas vivem em residências sem banheiros, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde” (OLIVEIRA, 2021). Uma das possíveis análises que podemos fazer é sobre a forma como a falta de banheiros é utilizada para perpetuar a marginalização e a exclusão social das mulheres e meninas em situação de pobreza. A falta de acesso a banheiros adequados é apenas uma das diversas formas de privação de direitos a que essa população está submetida, e que muitas vezes são naturalizadas pela sociedade.

Por outro lado, podemos também analisar como o discurso em torno dessa questão é construído e utilizado para exercer o poder e manter a desigualdade social. Por exemplo, é possível observar como o termo "residências sem banheiros" é utilizado para minimizar a gravidade da situação, sugerindo que a falta de um banheiro é apenas um detalhe na habitação dessas mulheres e meninas. Esse tipo de discurso

é muito comum em contextos de pobreza e exclusão social, onde as pessoas são constantemente desvalorizadas e marginalizadas.

Ao apresentar soluções práticas que ajudam pessoas que menstruam em situações de vulnerabilidade, o jornal nos apresenta a ativista Matuzza Sankofa, que traz ainda mais credibilidade para a matéria, por se tratar de uma conhecedora da causa, sendo apresentada como coordenadora da casa Chama de acolhimento e cultura LGBTQIA+, e membro do Centro de Convivência É de Lei, focado em política de Resolução de Danos. A ativista não só reforça todas as falas da matéria, como cita projetos voltados para higiene pessoal para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas lembra que neles não havia a distribuição de absorventes, justamente por ser um assunto pouco assistido. Até que, juntamente com outras amigas, ela criou um projeto de distribuição de absorventes. Esses projetos, apesar de não terem o mesmo foco, se configuram como estratégias biopolíticas, pois se concentram em gerir a saúde e o bem-estar da população que reúne as pessoas que menstruam.

Na mesma linha de abordagem sobre o tema, vemos outras matérias que apresentam os mesmos elementos ao tratar do assunto, a fim de trazer mais credibilidade e relevância para a matéria.

O jornal Humanista publicou uma reportagem, em 2021, com o título “Pobreza menstrual: quem sofre, quem veta e quem ajuda?”

O intuito do jornal era aproveitar que as pessoas estavam se mostrando revoltadas diante do veto à distribuição de absorventes, e começar a dar voz a pessoas que sofrem diretamente com a pobreza menstrual.

Para tanto, o espaço é cedido a uma mulher de 61 anos, que relata já ter sofrido com o problema e que costuma ver meninas mais novas passando pelo mesmo. É interessante observar que, assim como na matéria anterior, o depoimento de uma mulher mais velha é responsável por adicionar mais credibilidade ao que está sendo dito, uma vez que ela relaciona acontecimentos atuais com sua experiência de vida.

> Liane Souza Farias, 61 anos, moradora da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, conhece a situação. “É horrível, eu já passei por isso e sei. Também já vi várias vezes, meninas aqui da minha rua mesmo, andando com a calça manchada de sangue. E elas ficam com vergonha. Até nós, mulheres mais velhas, ficamos com vergonha”, afirma (LUNA; DIAS, 2021).

O trecho apresenta a voz de Liane Souza Farias, moradora da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre, que compartilha sua experiência e conhecimento sobre a pobreza menstrual. O depoimento de Liane evidencia a realidade enfrentada por muitas mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e social, que muitas vezes não têm acesso a produtos menstruais adequados e, consequentemente, enfrentam constrangimentos e dificuldades em lidar com a menstruação.

Ao mencionar que já viu meninas da sua rua andando com a calça manchada de sangue, Liane destaca a dimensão pública do problema, evidenciando que a pobreza menstrual não é apenas uma questão individual, mas uma questão social que afeta a dignidade e a integridade física e emocional das mulheres. O fato de ela e outras mulheres mais velhas também sentirem vergonha, mostra que a pobreza menstrual não é apenas um problema das jovens, mas de toda a comunidade em que essas mulheres vivem. Junto a isso, é adicionado a visão da ONU sobre o assunto:

> De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), o acesso à higiene menstrual é reconhecido como uma questão de saúde pública e de direitos humanos. No entanto, o Banco Mundial estima que pelo menos 500 milhões de mulheres no mundo não têm condições adequadas para o manejo da higiene menstrual (LUNA; DIAS, 2021).

Aqui, o objeto menstruação é construído na perspectiva da ONU, ou seja, a credibilidade é ainda mais reforçada, por se tratar de um órgão tão importante e reconhecido. Além dos depoimentos, o objeto de discurso também é construído através de dados e números, que comprovam que o problema é real e não uma invenção:

> Esses dados evidenciam a chamada pobreza menstrual, uma questão que vai da falta de acesso a itens básicos de higiene, a dinheiro para a compra de produtos menstruais, ao saneamento, bem como à informação e apoio para lidar com a menstruação de forma adequada e segura (LUNA; DIAS, 2021).

Vemos aqui a pobreza menstrual como um objeto, destacando que essa questão envolve diversas dimensões, como a falta de acesso a itens básicos de higiene, a falta de dinheiro para a compra de produtos menstruais, o saneamento inadequado e a falta de informação e apoio para lidar com a menstruação de forma adequada e segura. Ao mencionar essas diferentes dimensões, o texto evidencia que a pobreza menstrual não é apenas um problema de falta de acesso a produtos menstruais, mas também está relacionada a questões sociais e estruturais mais amplas, como a desigualdade de gênero, a pobreza e a falta de políticas públicas efetivas para lidar com o problema.

> Outro aspecto ligado à pobreza menstrual é a falta de informação e diálogo aberto sobre o tema. “Um dos grandes motivos de termos todos esses problemas é o fato de existir muito tabu sobre a menstruação. Existe uma pobreza de informação. E quando há desinformação, há espaço para medo, vergonha e conceitos equivocados”, destaca Bianca (LUNA; DIAS; HUMANISTA, 2021, p. 3).

Acima, vemos que a falta de informação e o tabu em torno da menstruação como um aspecto ligado à pobreza menstrual. A falta de informação e diálogo aberto sobre a menstruação pode gerar

medo, vergonha e conceitos equivocados, contribuindo para perpetuar a exclusão e a discriminação em relação à questão. A fala de Bianca destaca que o tabu em torno da menstruação é um dos grandes motivos para a existência dos problemas relacionados à pobreza menstrual. Ela aponta que a desinformação é um fator que contribui para a perpetuação desse tabu e que é importante haver uma ampliação do diálogo e da informação sobre o assunto, para que se possa combater esses conceitos equivocados e promover a conscientização e a dignidade menstrual. Nesse depoimento, fica em relevo a necessidade de recriar novos olhares em relação à menstruação. De acordo com Fonseca-Silva (2007), os apontamentos foucaultianos sinalizam que os processos de subjetivação são variados e mudam conforme cada momento histórico.

À luz das reflexões de Michel Foucault podemos fazer algumas reflexões relevantes sobre a relação entre poder, saber e controle social. Foucault diz que o poder não é exercido apenas pelo Estado e instituições, mas faz parte de todas as relações sociais (desde as microrrelações como pais e filhos, professores e alunos, médicos e pacientes e etc), portanto todos os sujeitos exercem e sofrem sua ação. Os discursos, por sua vez, são constituídos por meio e em meio a relações de saber-poder sempre tensas e complexas. Em outras palavras, o poder está presente em todas as relações sociais, moldando os comportamentos, pensamentos e subjetividades dos indivíduos. No caso da pobreza menstrual, a falta de informação e o tabu em torno do tema podem ser entendidos como formas de exercício do poder, que visam controlar os corpos e a sexualidade feminina (BEDRICK; SUFRIN; POLK, 2023). Ao manter a menstruação como um assunto tabu, o conhecimento e o controle sobre o corpo feminino são mantidos nas mãos de poucos, contribuindo para a manutenção da desigualdade de gênero e da exclusão social das mulheres.

A revista *Marie Claire* também dedicou uma matéria para falar sobre o assunto, porém dessa vez o foco reside nos prejuízos que a pobreza menstrual causa em termos econômicos.

A manchete e o subtítulo da reportagem, "Faltas ao trabalho por pobreza menstrual geram prejuízo de R$ 2,4 bi ao país" e "A falta de acesso a produtos de higiene menstrual fez com que mais de 5 milhões de pessoas que menstruam faltassem ao trabalho, gerando impactos à economia. Entre estudantes, o número é de 2,9 milhões. Pessoas negras e pobres são as mais afetadas, revela estudo", apresentam um enfoque predominantemente numérico sobre a pobreza menstrual.

O uso de números é uma estratégia comum na mídia para chamar a atenção do leitor e ressaltar a gravidade de um problema. Neste caso, o título e o subtítulo destacam o impacto econômico das faltas ao trabalho por falta de acesso a produtos de higiene menstrual. Apesar de ser uma abordagem importante para chamar a atenção para o problema da pobreza menstrual, o foco exclusivo nos números

pode acabar desumanizando a situação, reduzindo-a a uma questão de prejuízo econômico e não levando em conta a saúde, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas que menstruam.

> Mais de 5 milhões de pessoas que menstruam no mercado de trabalho já faltaram ao trabalho por falta de dinheiro para produtos de higiene, percentual que gera prejuízo econômico de R$ 2,4 bilhões na economia brasileira. Entre estudantes, 2,9 milhões já faltaram na escola ou na faculdade ao menos uma vez (MAZZEI, 2022).

Aqui, os números absolutos evidenciam a gravidade da situação da pobreza menstrual. O fato de mais de 5 milhões de pessoas que menstruam no mercado de trabalho já terem faltado ao trabalho por falta de dinheiro para produtos de higiene menstrual mostra o impacto direto que a falta de acesso a esses produtos tem na vida dessas pessoas. Além disso, o prejuízo econômico de R$ 2,4 bilhões na economia brasileira que esse percentual gera destaca a dimensão da questão e sua relevância para a sociedade como um todo. Já o dado de que 2,9 milhões de estudantes já faltaram na escola ou na faculdade ao menos uma vez por causa da falta de acesso a esses produtos também reforça a ideia de que a pobreza menstrual é um problema sério e que afeta muitas pessoas no Brasil. Os números apresentados nesse trecho causam um efeito de verdade e mostram a dimensão do problema, o que reforça a importância de se discutir e buscar soluções para a questão.

Ainda, o objeto de discurso menstruação como tabu é representado também por meio de números.

> No geral, 90% acreditam que a menstruação é um processo natural e a sociedade deve falar abertamente sobre o tema. Apesar disso, o tema ainda segue sendo um tabu, e 28% sentem vergonha de tocar no assunto (MAZZEI, 2022).

O fato de que 90% das pessoas acreditarem que a menstruação é um processo natural e a sociedade deve falar abertamente sobre o tema sugere que a falta de diálogo aberto sobre a menstruação é uma questão reconhecida e compreendida pela maioria da população. Entretanto, o dado de que 28% ainda sentem vergonha de tocar no assunto mostra que o tabu ainda é uma realidade para um número significativo de pessoas, o que contribui para a falta de informação e o estigma associado à menstruação. Portanto, a representação numérica evidencia a persistência do tabu em torno da menstruação e destaca a necessidade de romper com esse silenciamento para enfrentar a pobreza menstrual e outros problemas relacionados.

Diante da preocupação que cerca o assunto e da falta de políticas públicas por parte do estado, instituições não governamentais se propõem a desenvolver projetos que ajudem pessoas que sofrem com a pobreza menstrual:

> Quatro instituições não-governamentais irão receber R$50 mil reais para o desenvolvimento de projetos. A marca também doará 100 mil absorventes para essas ONGs. O lançamento da iniciativa contou com painel online com presença de Laura Vicentini, presidente da Always na América Latina (MAZZEI, 2022).

Essa estratégia de envolver ONGs em parcerias com empresas privadas é uma tática comum em estratégias biopolíticas, que buscam canalizar os esforços e recursos de grupos não governamentais para atingir objetivos comuns. Nesse caso, a iniciativa da *Always* pode ser vista como uma estratégia biopolítica que busca minimizar os efeitos negativos da pobreza menstrual na sociedade, ao mesmo tempo em que promove sua própria marca.

Além da Marie Claire, outras matérias também focam em números quando o assunto é o impacto da pobreza menstrual.

A revista Exame, por exemplo, é de negócios, logo o tratamento dado à pobreza menstrual é o prejuízo econômico, o que se expressa no título: Pobreza menstrual impacta a vida de mulher e gera prejuízo bilionário. A seguir, lemos:

> A pobreza menstrual, quando não há insumos básicos para a higiene durante a menstruação, afeta 2,9 milhões de estudantes do ensino fundamental, médio ou superior com 16 anos ou mais, o que implica na média 14 milhões de faltas de mulheres estudantes por ano, segundo pesquisa inédita realizada pela marca de cuidados íntimos Always, da fabricante de bens de consumo P&G, em parceria com o Instituto Locomotiva (FILIPPE, 2022);

Mais uma vez, esses números evidenciam a gravidade do problema, mostrando que a falta de acesso a produtos de higiene menstrual tem impactos significativos na vida dessas estudantes e em sua capacidade de frequentar a escola regularmente. Além disso, os números são importantes para chamar a atenção para a questão e para embasar ações que visem enfrentar a pobreza menstrual.

A matéria também destaca uma pesquisa que diz que a falta de acesso a produtos de higiene menstrual já causou o absenteísmo de 5,5 milhões de mulheres que trabalham, gerando um prejuízo anual de R$ 2.4 bilhões para a economia brasileira. Na materialidade da reportagem, lemos:

> Essa pesquisa é muito importante pois quantifica e nos mostra como a pobreza menstrual é um problema que está em nossas estruturas, causando lacunas na vida das meninas desde o período escolar e trazendo consequências até a vida adulta. Queremos fazer parte da solução e por isso estamos nos movimentado para ampliar o alcance dessa discussão, afinal essa é uma luta de todas nós", diz Laura Vicentini, vice-presidente de cuidados femininos da P&G Brasil (FILIPPE; EXAME, 2022).

Ou seja, a P&G, assim como outras empresas, utiliza estratégias biopolíticas para combater a pobreza menstrual e ampliar seu alcance de mercado. Essas empresas promovem campanhas

publicitárias e iniciativas para oferecer produtos de higiene menstrual e disseminar informações sobre o assunto. Essas ações são motivadas pelos interesses do mercado, que visam garantir a demanda por seus produtos e fidelizar as consumidoras. Porém, é importante lembrar que essas empresas também têm o poder de influenciar na mudança de percepção da sociedade em relação à menstruação, desmistificando tabus e preconceitos e contribuindo para a promoção da saúde e bem-estar das mulheres, e como já dito anteriormente, a revista Exame é voltada para negócios, e por isso fica em evidência como as empresas têm atuado no combate ao problema.

Aqui, a pobreza menstrual se constitui como um objeto de discurso pautado pelo saber econômico. Sendo assim, o foco está na falta de recursos financeiros das pessoas que não conseguem comprar produtos de higiene menstrual adequados e em outros prejuízos financeiros que isso causa. No entanto, essa abordagem negligencia as questões estruturais e sociais subjacentes que levam à falta de acesso aos produtos de higiene menstrual. A abordagem econômica muitas vezes se concentra em soluções de curto prazo, como a doação de produtos de higiene menstrual, em vez de abordar as causas subjacentes da pobreza menstrual e trabalhar para criar mudanças estruturais mais amplas que garantam acesso adequado e igualdade de gênero (CARNEIRO, 2021; FELITTI, 2016).

Portanto, é importante reconhecer que a pobreza menstrual é um problema complexo que não pode ser resolvido simplesmente por meio de soluções econômicas, mas que requer uma abordagem holística que leve em consideração as questões sociais, culturais e políticas subjacentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a pobreza menstrual é uma questão social que vem ganhando cada vez mais visibilidade nos últimos anos, principalmente por meio de materialidades midiáticas digitais, como reportagens, artigos, *posts* em redes sociais, entre outros. Nesses espaços, a pobreza menstrual é constituída como objeto de discurso por meio de uma série de práticas discursivas que envolvem diferentes atores sociais, como ativistas, especialistas, políticos, ONGs, entre outros.

Ao mesmo tempo, as materialidades midiáticas digitais também fazem funcionar estratégias biopolíticas de controle sobre os corpos e as vidas das mulheres. Ao tornar a pobreza menstrual uma questão de mercado e saúde, as práticas discursivas ajudam a naturalizar a ideia de que o corpo das mulheres deve ser controlado e gerido a partir de um olhar biomédico e econômico.

Porém, é importante destacar que a mídia digital também pode ser um espaço de resistência e de luta contra a pobreza menstrual. Através de campanhas de conscientização, divulgação de informações e

iniciativas de solidariedade, a mídia pode ajudar a romper com o silêncio em torno do tema e a criar espaços de mobilização e de transformação social.

Em suma, a pobreza menstrual se constitui como objeto de discurso a partir da relação entre o saber econômico e a saúde reprodutiva das mulheres. As mídias digitais colaboram para disseminar e reproduzir esse discurso, ao mesmo tempo em que faz funcionar estratégias biopolíticas. Assim, esses espaços midiáticos também acabam contribuindo para a transformação social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, uma vez que dão voz a pessoas que sofrem diretamente com o problema em questão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. "Governo lança programa de distribuição gratuita de absorvente pelo SUS". **Agência Brasil** [2023]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 13/05/2023.

BEDRICK, B. S.; SUFRIN C.; POLK, S. "Adolescent and young adult menstrual poverty: a barrier to contraceptive choice". **Pedriatics**, vol. 51, n. 1, 2023.

BENKE, V. C. M. "A relação entre homem e meio ambiente expressa no léxico: um estudo das metáforas que nomeiam a 'menstruação'". **Estudos Linguísticos**, vol. 49, n. 3, 2020.

BRAMBILLA, B. B. "Estado patriarcal e política para mulheres: da luta pela equidade de gênero ao caso de política". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.

BRASIL 247. "Pobreza menstrual é tema de debates em todo o mundo". **Brasil 247** [2021]. Disponível em: <www.brasil247.com>. Acesso em: 15/05/2023.

BRASIL. **Decreto n. 11.432, de 08 de março de 2023**. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/05/2023.

BRITO, L. E. B. "Artigo de luxo ou necessidade básica: uma análise sobre a violência simbólica de gênero no documentário Absorvendo o tabu". *In*: OLIVEIRA, G. F. *et al*. (orgs.). **Mídia, discurso e sociedade**: problematizações contemporâneas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.

CARNEIRO, M. M. "Menstrual poverty: enough is enough". **Women and Health**, vol. 61, 2021.

CARNELOSSO, L. B.; DOLORES, S. "Homens trans e pobreza menstrual: uma questão a ser observada". **Agência PUC** [2021]. Disponível em: <www.agemt.pucsp.br>. Acesso em: 17/05/2023.

COGGO, L. **"**Menstruação: o tabu que divide Índia e Brasil entre mundos". **Contraponto Digital** [2022]. Disponível em: <www.contrapontodigital.pucsp.br>. Acesso em: 15/05/2023.

FÁVERI, M.; VERSON, A. M. "Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres reproduzem na experiência da menstruação". **Anos 90**, vol. 14, n. 25, 2007.

FELITTI, K. “El ciclo menstrual em el siglo XXI. Entre el mercado, la ecologia y el poder feminino”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, vol. 22, 2016.

FERNANDES, E. B. “Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade”. **Cadernos Pagu**, n. 63, 2021.

FERRAZ, J. L. A.; GRANGEIRO, C. R. P. “A sangria inútil: uma análise do discurso médico sobre menstruação na obra do Dr. Elsimar Coutinho”. **Discursividades**, vol. 12, n. 1, 2023.

FILIPPE. M. “Pobreza menstrual impacta a vida da mulher e gera prejuízo bilionário”. **Exame** [2022]. Disponível em: <www.exame.com>. Acesso em: 20/05/2023.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999c.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.

GOMIDES, L. A. **“Deixa meu sangue escorrer”**: como as visualidades operam os sentidos da menstruação? (Dissertação de Mestrado em Artes Visuais). Goiânia: UFG, 2020.

GOTARDO, S. “Pobreza menstrual: análise da reportagem exibida no Fantástico na perspectiva da metodologia do imaginário”. **Organicom**, vol. 19, n. 39, 2022.

KORUI. “O que é pobreza menstrual e como combater”. **Korui** [2022]. Disponível em: <www.korui.com.br>. Acesso em: 17/05/2023.

LUNA, G.; DIAS, L. S. “Pobreza menstrual: quem sofre, quem veta e quem ajuda?”. **Revista Humanista da UFRGS** [2021]. Disponível em: <www.ufrgs.br>. Acesso em: 18/05/2023.

MAZZEI, B. “Faltas ao trabalho por pobreza menstrual geram prejuízo de R$ 2,4 bi ao país”. **Revista Marie Claire** [2022]. Disponível em: <www.revistamarieclaire.globo.com>. Acesso em: 18/05/2023.

MOTTA, M. C. C.; BRITO, M. A. P. R. “Pobreza menstrual e a tributação de absorventes”. **Confluências**, vol. 24, n. 2, 2022.

NAVARRO, P. “Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos”. **Moara**, vol. 1, n. 57, 2020.

NAVARRO, P. “Uma definição da ordem discursiva midiática”. *In*: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

OLIVEIRA, J. “Depender de doações ou ter sangue escorrendo pelas pernas: a realidade da pobreza menstrual”. **El País** [2021]. Disponível em: <www.elpais.com>. Acesso em: 16/05/2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. “ONU realiza debate sobre dignidade menstrual como direito humano e remoção de tabus”. **ONU** [2022]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 12/05/2023.

ORSI, V. “Tabu e preconceito linguístico”. **ReVel**, vol. 9, n. 11, 2011.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Editora Parábola, 2019.

PELBART, P. P. “Biopolítica e necropolítica”. *In*: BUTTURI JUNIOR, A. *et al*. (orgs.). **Foucault e as práticas de liberdade I**: o vivo e seus limites. Campinas: Editora Pontes, 2019.

PEZ, T. D. P. “Michel Foucault: ontologia e liberdade”. *In*: NALLI, M.; MANSANO, R. V. (orgs.). **Michel Foucault**: desdobramentos. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

PINHEIRO, G. I. F. “A intermediação de políticas públicas através do Observatório de Igualdade de Gênero na América Latina e no Caribe”. *In*: SENHORAS, E. M.; SENHORAS, C. A. B. M. (orgs.). **Políticas públicas**: caleidoscópio temático. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

QUEIROZ, N. **Presos que Menstruam**: reflexões sobre a Violência Institucional contra Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2015.

SOUSA, J. D. “Os dispositivos de controle do corpo feminino: uma análise a partir dos enunciados sobre os projetos de distribuição de absorventes no brasil”. **Miguilim**, vol. 11, 2022.

SOUSA, K. M. “Discurso e biopolítica na sociedade de controle”. *In*: NAVARRO, P.; TASSO, I. (orgs.). **Produção de subjetividade e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá; Editora da UEM, 2012.

SPAGNA, J. D. “O que é pobreza menstrual e como ela afeta a sociedade”. **Guia do Estudante** [2022]. Disponível em: <www.guiadoestudante.abril.com.br>. Acesso em: 16/05/2023.

UNICEF - Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas. “Mais de 60% de adolescentes e jovens que menstruam já deixaram de ir à escola ou a outro lugar por causa da menstruação”. **UNICEF** [2021]. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: 07/05/2023.

WONS, L. “O poder simbólico da menstruação: discursos científicos sob o escrutínio das epistemologias feministas”. **Femininos**, vol. 14, n. 1, 2016.

XAVIER, A. N. O. *et al*. “A comunicação digital da saúde pública brasileira: leitura de gênero, idade e etnia nas campanhas publicitária de saúde”. *In*: SENHORAS, E. M. (org.). **Saúde pública**: agendas multidisciplinares. Boa Vista: Editora IOLE, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 42| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima